

Sustentabilidade Energética no Brasil

**Limites e possibilidades para uma
estratégia energética sustentável e
democrática**

Célio Bermann*

Oswaldo Stella Martins**

*Doutor em Engenharia; Professor do Programa de Pós - Graduação em Energia de USP/IEE - USP

** Engenheiro Mecânico; Mestre em Energia - PIPGE -IEE/USP

Apresentação

O presente trabalho foi elaborado no quadro do Projeto Brasil Sustentável e Democrático (PBSD), e se constitui num esforço de reflexão do grupo de Pesquisa em Energia, Sociedade e Meio Ambiente do Instituto de Eletrotécnica e Energia da Universidade de São Paulo (IEE/USP).

Este trabalho procura responder ao desafio que o projeto se propõe a enfrentar: a construção de bases teóricas e práticas de uma transição para a sustentabilidade e a justiça no Brasil.

O debate sobre a questão energética é de uma estimulante complexidade dada sua natureza que permite a articulação a partir de uma grande diversidade de campos do conhecimento. Entretanto, é preciso que este exercício não se subordine aos vícios de uma visão economicista que, ao se servirem de categorias de análise como "oferta", "demanda", "recursos energéticos", "consumo energético", obscurecem processos que são físicos e biológicos, constituídos por longas cadeias contínuas de conversões de energia que seguem os princípios da 2ª lei da termodinâmica, que aponta a tendência a uma incessante perda de qualidade da energia.

A tarefa de contabilizar condições de sustentabilidade não pode, pois, correr o risco de reduzir a realidade a números, numa mera quantificação de evidências. É preciso mais do que isso.

Ainda, a questão energética abre também um campo para o debate político ao se considerar os procedimentos que estruturam e sustentam o processo de decisão (*decision making*). O Projeto Brasil Sustentável e Democrático deve abrir uma discussão extremamente atual e oportuna para a natureza das decisões de empreendimentos energéticos que são tomadas e legitimadas pelo critério da decisão majoritária pretensamente democrática, quando a natureza da questão energética deve levar necessariamente à construção de consensos.

O desafio também se constitui na transformação do esforço acadêmico a que este trabalho procura alcançar, numa arma de contestação e de transformação, para uma sociedade mais justa e sustentável. A ética da justiça, da equidade e da cooperação deve se sobrepor à lógica do mercado.

Cabe assinalar que a questão energética se encontra ainda praticamente ausente na agenda das Organizações Não-Governamentais brasileiras. Este relatório procura também sensibilizar as ONGs para a importância da incorporação deste tema em suas ações.

O presente trabalho está dividido em cinco partes. Na primeira, é discutida a noção de sustentabilidade energética, indicando-se as contribuições que as especificidades da questão energética podem fornecer para a ampliação e o aprofundamento do debate sobre a sustentabilidade.

Na segunda parte, é apresentado um panorama atual do quadro energético brasileiro envolvendo seus potenciais, como se produz, quanto e quem consome essa energia.

Também está incluída uma discussão sobre os atores sociais e a dimensão política da energia no Brasil no contexto do atual processo de privatização do setor energético brasileiro.

Na terceira parte são discutidos os limites e as possibilidades da adoção de indicadores de sustentabilidade energética, sendo proposto um conjunto de dez indicadores abrangendo as relações entre energia e equidade, meio ambiente, emprego, eficiência e democracia.

Na quarta parte, um cenário tendencial é construído tendo o ano 2020 como horizonte. A partir deste cenário são identificadas quatro questões consideradas como principais para a reflexão e o debate: a dependência externa do petróleo, a inserção do gás natural na matriz energética, as controvérsias do Proálcool e os empreendimentos hidrelétricos propostos na Amazônia. São apontadas uma série de evidências que assinalam o caráter insustentável da atual política energética no Brasil.

Por fim, na quinta parte deste trabalho, são apresentados os princípios básicos para a construção de uma estratégia energética sustentável e democrática para o Brasil. São elaboradas propostas de intervenção e indicadas prioridades a serem consideradas. Ainda, são apresentados em anexo, alguns documentos de movimentos sociais envolvidos no debate energético. Com isso, por um lado, pretende-se dar uma maior visibilidade a este movimento. Por outro, são referências importantes para a reflexão.

O presente documento foi elaborado para servir de base para o debate, envolvendo movimentos sociais, ONGs, organizações populares, sindicatos, empresariado, partidos políticos e demais entidades representativas da sociedade.

Uma primeira versão deste documento, finalizada em outubro de 1999, foi apresentada e debatida durante a Oficina do Projeto Brasil Sustentável e Democrático sobre o tema "Sustentabilidade Energética no Brasil", realizada no IEE/USP em 11 de novembro de 1999 (relação dos participantes em anexo). As críticas e sugestões formuladas durante o debate foram incorporadas nesta versão para publicação.

Com este trabalho, o Projeto Brasil Sustentável e Democrático está abrindo e ampliando o necessário debate energético no país.

Célio Bermann*

* PIPGE-IEE/USP

Membro da coordenação institucional do Projeto Brasil Sustentável e Democrático